

Participou numa mesa redonda na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro sobre formação, extensão e investigação agrárias; Fez parte do júri do concurso internacional do Dia do Agricultor, integrado na Feira Internacional Semana Verde da Galiza, durante vários anos;

Supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias de Sousa e Ribadouro desde 1997 até 2007.

Despacho n.º 10 134/2007

Por despacho de 23 de Março de 2007 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi a Miguel Ângelo da Costa Lemos Fernandes, assessor principal da carreira de médico veterinário do quadro da ex-Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, autorizado o regresso de licença sem vencimento para exercer funções com a mesma categoria e carreira, com efeitos a partir de 11 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Abril de 2007. — O Director, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 10 135/2007

Por despacho de 30 de Março de 2007 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi a Dionísio Manuel Fraga, técnico profissional principal da carreira de agente técnico agrícola do quadro da ex-Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, autorizada a prorrogação da requisição por mais um ano para exercer funções no Hospital da Misericórdia de Murça, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

20 de Abril de 2007. — O Director, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 10 136/2007

Na esteira da reorganização prevista nas alíneas c) do n.º 1 e h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

Por sua vez, a Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Quer o decreto regulamentar quer a Portaria entraram em vigor no dia 1 de Março de 2007.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta mesma data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia do 1.º grau, assegurar o regular funcionamento das unidades orgânicas nucleares elencadas no artigo 1.º da Portaria n.º 219-G/2007.

Considerando que o funcionário Rui Manuel Pereira Martins possui mais de seis anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de director de serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Zootécnica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Direcção de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de director de serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade o licenciado em Engenharia Zootécnica Rui Manuel Pereira Martins, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, auferindo a retribuição correspondente à categoria de origem, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — Rui Manuel Pereira Martins, casado, nascido em 25 de Janeiro de 1957, natural de Lobrigos (São João Baptista), concelho de Santa Marta de Penaguião, e residente na Rua do Santana, 22, Gondizalves, 4705-139 Braga.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica;
Curso de especialização em Gestão e Administração Pública.

Formação profissional:

Curso do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública;
Acção de formação GESCOR — Gestão de Correio;
Cursos FEOGA — Secção Orientação, pelo Centre For European Agricultural Studies (1985) e Agricultura Portuguesa — A Reforma da PAC 2.ª Etapa de Adesão, promovido pela DRAEDM (1990);
Curso Intensive Extension, pela International Livestock Management Schools, Canadá (1996);
Curso de defesa nacional, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional (2005).

Experiência profissional:

De Outubro de 2003 a Fevereiro de 2007, director de serviços de Desenvolvimento Rural da DRAEDM;

De Julho de 1996 a Outubro de 2003, director de serviços de Agricultura da DRAEDM;

De Maio de 1993 a Julho de 1996, director de serviços de Experimentação da DRAEDM;

De Setembro de 1987 a Maio de 2003, chefe de divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal da DRAEDM;

De Novembro de 1986 a Setembro de 1987, responsável pela Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal;

De Abril de 1982 a Novembro de 1986, técnico superior na Direcção de Serviços de Produção Agrária da DRAEDM;

Gestor do Programa Agro-Pecuário/Leite da Região de Entre Douro e Minho (PIDDAC 1985);

Representante da DRAEDM na elaboração e acompanhamento dos seguintes programas regionais (Ajudas de Pré-Adesão Portugal/CEE — 1985): Instalação da Rede Regional de Abate, Melhoria das Condições de Comercialização de Gado no Entre Douro e Minho e Programa de Recria de Novilhas — 1.ª Fase;

Delegado do responsável nacional do Programa de Melhoria das Condições de Produção Vegetal e Animal da Região de EDM, Acções de Pré-Adesão Portugal/CEE (1986);

Membro do conselho técnico da AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, na área do melhoramento das condições de produção de leite (1989) e do conselho de administração da ABLN — Associação para o Apoio à Bovinicultura Leiteira do Norte, como vogal (de 1993 a 1999);

Coordenação da candidatura de projectos de I&DE ao Programa PRAXIS XXI e ao Programa AGRO, Medida n.º 8 — Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração, bem como a execução material e financeira dos aprovados (de 1996 a 2003);

Coordenação da actividade da DRAEDM relativa à promoção e execução das acções n.ºs 2, 4.2.1, 5, 6 e 7.1, da Medida AGRIS (QCA III) (2003 a 2007).

Despacho n.º 10 137/2007

Para efeitos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, designo a directora regional-adjunta de Agricultura e Pescas do Norte, Dr.ª Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues Mascarenhas, minha substituta nas minhas ausências e impedimentos, abrangendo todos os poderes delegados e subdelegados.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

7 de Maio de 2007. — O Director, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso (extracto) n.º 9795/2007

Nos termos e para os efeitos previstos no capítulo v, artigos 93.º a 98.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público

que foi distribuída, para afixação e consulta, em todas as unidades orgânicas a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste.

Da organização desta lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do diploma legal acima referido.

7 de Março de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Despacho (extracto) n.º 10 138/2007

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2007 do subdirector regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, no uso de competências delegadas, foi Francisco Nuno Cadete David Bastos, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, a exercer, em comissão de serviço extraordinária, as funções correspondentes às de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, desde 1 de Março de 2006, nomeado definitivamente, mediante reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 400. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Subdirector Regional, *Cândido Batista*.

Despacho (extracto) n.º 10 139/2007

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2007 do subdirector regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, no uso de competências delegadas, foi Maria Isabel de Oliveira Gésero Cuco Grosso, técnica de 2.ª classe, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, a exercer, em comissão de serviço extraordinária, as funções correspondentes às de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, desde 1 de Março de 2006, nomeada definitivamente, mediante reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 1, índice 400. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Subdirector Regional, *Cândido Batista*.

Despacho (extracto) n.º 10 140/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, foi Manuel Rafael do Rosário Estudante, técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, promovido automaticamente, independentemente de concurso, a técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, pelo facto de ter obtido a classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho referente ao ano de 2005, tendo já decorrido o último ano do período de tempo necessário à sua promoção.

A presente nomeação produz efeitos reportados à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Aviso n.º 9796/2007

De acordo com o disposto nas alíneas b) e d) do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 16/99, de 24 de Março, bem como nos termos do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 300/2000, de 12 de Junho, e, verificada a conformidade da candidatura apresentada pela empresa AVIPRONGO — Produtos Alimentares, S. A., torno público o seguinte:

1 — É aprovado o caderno de especificações apresentado pela AVIPRONGO — Produtos Alimentares, S. A., de acordo com o n.º 1 do Despacho Normativo n.º 16/99, de 24 de Março.

2 — É autorizado à empresa AVIPRONGO — Produtos Alimentares, S. A., o direito de utilizar os rótulos constantes do anexo do presente diploma, reservado aos produtos que obedeçam às características fixadas na alínea a) do anexo IV do Regulamento (CEE) n.º 1538/91, de 5 de Junho.

3 — A SGS Sociedade Geral de Superintendência, L.da, é reconhecida como organismo independente de controlo dos rótulos

«Frango alimentado à base de vegetais», constantes do anexo ao presente diploma.

4 — Este aviso anula e substitui o rótulo aprovado pelo aviso n.º 8148/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005.

11 de Abril de 2007. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta*.

ANEXO

Rótulo de indicação do tipo de criação

O rótulo apresentado tem uma forma rectangular em fundo azul, onde se encontra estilizada a cabeça de um galo a azul escuro e branco. A margem do rótulo encontra-se uma moldura fina a vermelho, de forma rectangular, com as margens superior e inferior abauladas.

Dentro da moldura do rótulo, na parte superior, fica o logótipo da empresa AVIPRONGO em fundo vermelho com as letras a branco. Na parte superior do logótipo, está inserida em segundo plano uma cabeça de galo. Em baixo do logótipo da empresa, à esquerda, situa-se o símbolo do logótipo do rótulo aprovado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e seguido do logótipo da SGS. Ao centro e em baixo do logótipo da empresa, encontra-se inserida a palavra «Frango» com letras brancas, seguida da expressão «Alimentado à base de vegetais (0 % de matérias-primas de origem animal)», a letras amarelas. Em baixo e à direita do logótipo da empresa, encontra-se inserida uma espiga de milho de cor amarela.

A parte central do rótulo apresenta um rectângulo de fundo branco. Na parte inferior do rótulo (por baixo do rectângulo de fundo branco), encontra-se a menção de cor branca «O sabor é verdadeiro. A qualidade é Avipronto». Por baixo e à esquerda, situa-se o símbolo amarelado do logótipo do ecoponto. Ao centro, o número, a preto, de registo oficial e de homologação veterinário do matadouro onde será efectuado o abate dos frangos. À direita e em cima, situa-se a identificação da morada da unidade de abate, seguida da expressão com letras pretas «Carne da melhor qualidade proveniente de unidades certificadas NP EN ISO 9001-2000».

